



# PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

## *INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES IN ELEMENTARY EDUCATION: AN ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION*



*Eron Moreno Chagas ROCHA*

Mestre em Design. Professor da rede municipal de ensino de Cambé, Paraná, Brasil.

 <https://orcid.org/0009-0000-5043-5326> |  [eron.moreno.chagas@uel.br](mailto:eron.moreno.chagas@uel.br)

*Deivid Alex dos SANTOS*

Doutor em Educação. Professor colaborador no Departamento de Educação do Centro de Educação,  
Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-2611-6947> |  [mensagemprodeivid@gmail.com](mailto:mensagemprodeivid@gmail.com)


ROCHA, Eron Moreno Chagas; SANTOS, Deivid Alex dos. *Práticas pedagógicas inclusivas na educação básica: uma análise da produção científica*. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 11, n. 2, e0240024, 2024.

**RESUMO:** Essa pesquisa buscou analisar a produção científica sobre as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores da Educação Básica, favorecedoras da aprendizagem de alunos com deficiência sob a perspectiva analítica do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Foi feita uma busca bibliográfica baseada em três palavras-chave: deficiência, práticas pedagógicas e inclusão. Para todos os documentos encontrados foram determinados como critérios de inclusão: abordar práticas pedagógicas com alunos com deficiência, publicações entre 2011 e 2022, pelo portal de periódicos da capes e possuir: “prática pedagógica”, no título e no resumo. Como resultado, foram encontrados 16 artigos, destacando-se a compreensão de professores sobre a Educação Inclusiva, a Atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o uso do Plano Educacional Individualizado (PEI), estimulação positiva dos professores e família na educação. A pesquisa também apontou os desafios da adequação do currículo escolar e da formação dos professores para um ensino que contemple a participação e aprendizagem de todos. Sob a análise crítica da abordagem do DUA, este estudo evidenciou que ainda estamos longe de ter currículos e professores preparados para a realização de práticas pedagógicas que todos possam participar sem a necessidade de adaptações no momento da aula na Educação Básica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Deficiência. Práticas pedagógicas. Inclusão.

**ABSTRACT:** this research sought to analyze the scientific production on the pedagogical practices used by elementary education teachers, which favor the learning of students with disabilities from the analytical perspective of Universal Design for Learning (UDL). A bibliographic search was carried out based on three keywords: disability, pedagogical practices and inclusion. For all documents found, inclusion criteria were determined: addressing pedagogical practices with students with disabilities, publications between 2011 and 2022, through the portal de periódicos da capes and having: “pedagogical practice”, in the title and abstract. As a result, 16 articles were found, highlighting the understanding of teachers about inclusive education, the performance of Specialized Educational Assistance (SEA), the use of the Individualized Educational Plan (IEP), positive stimulation of teachers and family in education. The survey also pointed out the challenges of adapting the school curriculum and training teachers for a teaching that contemplates everyone’s participation and learning. Under the critical analysis of the UDL approach, this study showed that we are still far from having curricula and teachers prepared to carry out pedagogical practices that everyone can participate in without the need for adaptations during classes in basic education.

**KEYWORDS:** Disability. Pedagogical practices. Inclusion.

 <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2024.v11n2.e0240024>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

# PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

## *INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES IN ELEMENTARY EDUCATION: AN ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION*

*Eron Moreno Chagas ROCHA<sup>1</sup>*

*Deivid Alex dos SANTOS<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Essa pesquisa buscou analisar a produção científica sobre as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores da Educação Básica, favorecedoras da aprendizagem de alunos com deficiência sob a perspectiva analítica do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Foi feita uma busca bibliográfica baseada em três palavras-chave: deficiência, práticas pedagógicas e inclusão. Para todos os documentos encontrados foram determinados como critérios de inclusão: abordar práticas pedagógicas com alunos com deficiência, publicações entre 2011 e 2022, pelo portal de periódicos da capes e possuir: “prática pedagógica”, no título e no resumo. Como resultado, foram encontrados 16 artigos, destacando-se a compreensão de professores sobre a Educação Inclusiva, a Atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o uso do Plano Educacional Individualizado (PEI), estimulação positiva dos professores e família na educação. A pesquisa também apontou os desafios da adequação do currículo escolar e da formação dos professores para um ensino que contemple a participação e aprendizagem de todos. Sob a análise crítica da abordagem do DUA, este estudo evidenciou que ainda estamos longe de ter currículos e professores preparados para a realização de práticas pedagógicas que todos possam participar sem a necessidade de adaptações no momento da aula na Educação Básica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Deficiência. Práticas pedagógicas. Inclusão.

**ABSTRACT:** this research sought to analyze the scientific production on the pedagogical practices used by elementary education teachers, which favor the learning of students with disabilities from the analytical perspective of Universal Design for Learning (UDL). A bibliographic search was carried out based on three keywords: disability, pedagogical practices and inclusion. For all documents found, inclusion criteria were determined: addressing pedagogical practices with students with disabilities, publications between 2011 and 2022, through the portal de periódicos da capes and having: “pedagogical practice”, in the title and abstract. As a result, 16 articles were found, highlighting the understanding of teachers about inclusive education, the performance of Specialized Educational Assistance (SEA), the use of the Individualized Educational

<sup>1</sup> Mestre em Design. Professor da rede municipal de ensino de Cambé, Paraná, Brasil. E-mail: eron.moreno.chagas@uel.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5043-5326>

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor colaborador no Departamento de Educação do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina, Brasil. E-mail: mensagemprodeivid@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2611-6947>

Plan (IEP), positive stimulation of teachers and family in education. The survey also pointed out the challenges of adapting the school curriculum and training teachers for a teaching that contemplates everyone's participation and learning. Under the critical analysis of the UDL approach, this study showed that we are still far from having curricula and teachers prepared to carry out pedagogical practices that everyone can participate in without the need for adaptations during classes in basic education.

**KEYWORDS:** Disability. Pedagogical practices. Inclusion.

## INTRODUÇÃO

A temática sobre a inclusão escolar começou a surgir com mais intensidade a partir de 1990 em documentos do cenário mundial, por meio de discussões e publicações.

Desde a década de 90, o Brasil promulgou políticas públicas destinadas a promover a escolarização de alunos com deficiência, refletindo o compromisso em garantir o direito institucional à educação para toda a população (Fontana; Cruz; De Paula, 2019). Essas iniciativas buscam criar um ambiente inclusivo nas instituições de ensino. De acordo com os dados mais recentes disponíveis, referentes ao ano de 2020, o Brasil contabilizou a matrícula de 1,3 milhão de alunos com algum tipo de deficiência em suas escolas (Brasil, 2021). Esses números destacam a importância contínua das políticas educacionais para promover a participação e a igualdade de oportunidades no cenário educacional do país.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) determina o direito de todos os alunos aprenderem e participarem das aulas juntos, sem discriminação. O documento elenca a Educação Inclusiva na concepção de direitos humanos, e considera a equidade como princípio desse tipo de abordagem devido às circunstâncias históricas da exclusão, sofrida por pessoas com deficiência dentro e fora da escola (Brasil, 2008).

A política embasada na Educação Inclusiva está alinhada com a perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que preconiza a implementação de práticas pedagógicas flexíveis, sem a necessidade de planos específicos para alunos com deficiência, mas que possibilitem a participação de estudantes com diversas habilidades em uma experiência de aprendizagem compartilhada. Essa abordagem visa facilitar a inclusão de todos os alunos não apenas no currículo, mas em todos os aspectos do ambiente escolar, com o objetivo de promover a justiça social (Nunes; Madureira, 2015).

Ronald Lawrence Mace, arquiteto e diretor do Centro sobre Desenho Universal na North Carolina State University, propôs o conceito de Desenho Universal em 1997, visando tornar produtos e ambientes acessíveis a todas as pessoas sem a necessidade de adaptações posteriores. A extensão desse conceito resultou na formulação da abordagem de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que quebra a dicotomia entre planejamentos para turmas regulares e adaptações para alunos com deficiência, promovendo um planejamento

único voltado para o aprendizado e a participação de todos os estudantes (Bock; Gesser; Nuernberg, 2018).

Diante da convergência entre a política embasada na Educação Inclusiva e a perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe práticas pedagógicas flexíveis e inclusivas, torna-se essencial empreender uma análise na produção científica que aborda as estratégias pedagógicas adotadas por professores nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Este estudo tem como objetivo investigar a produção científica que discute práticas pedagógicas favorecedoras da aprendizagem de alunos com deficiência, tendo como referência o DUA. A pesquisa compreende dois momentos: inicialmente, um levantamento bibliográfico sobre práticas pedagógicas com alunos com deficiência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental relacionadas ao DUA, conforme os procedimentos de Galvão (2010); em seguida, a seleção de publicações destacando práticas que evidenciem contribuições para o aprendizado desses alunos.

Este estudo busca minuciosamente identificar quais práticas pedagógicas empregadas por professores nos anos iniciais do Ensino Fundamental efetivamente incorporam o conceito do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). A compreensão dessas práticas é crucial não apenas para aprimorar a qualidade do ensino inclusivo, mas também para oferecer insights valiosos aos professores e estagiários de Pedagogia que atuam em escolas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, concentrando-se especificamente no desenvolvimento de alunos com deficiências. As contribuições decorrentes desta pesquisa têm o potencial de fornecer orientações práticas e estratégias aplicáveis em contextos educacionais diversos, promovendo a inclusão efetiva e o pleno desenvolvimento de todos os estudantes. Além disso, ao destacar lacunas na literatura existente sobre o tema, a pesquisa aponta para a necessidade de futuras investigações e desenvolvimento de recursos que abordem os desafios específicos enfrentados pelos professores no processo de ensino com alunos com deficiências. Ao abordar essas questões, este estudo visa contribuir significativamente para a promoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes, fortalecendo a base de conhecimento na área e beneficiando a comunidade educacional como um todo.

## **O DIREITO À EDUCAÇÃO**

A compreensão da importância das práticas pedagógicas inclusivas requer um olhar atento à educação como elemento integrante da constituição social da pessoa com deficiência no Brasil, conforme destacado por Kassir (2000). Esse entendimento é vital, sendo crucial fundamentar-se na legislação que versa sobre a inclusão desse grupo. Diversas políticas foram elaboradas com o intuito de garantir que o Estado não apenas reconheça, mas também promova a educação como um direito inalienável para as pessoas com deficiência, visando à construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. O 5º capítulo da Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) detalha e busca definir como a Educação Especial pode ser aplicada almejando a educação inclusiva, também incluiu nacionalmente o atendimento aos alunos com altas habilidades. Esta Lei especifica a oferta da Educação Especial desde o nascimento do indivíduo, qualificação dos profissionais envolvidos e demais aspectos na promoção de uma educação acessível.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001) descreve a Educação Especial como uma proposta pedagógica que proporcione a educação escolar e a promoção do desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência em todas as etapas da educação básica. Entre as Diretrizes de 2001, uma das mais importantes foi fazer com que os sistemas de ensino constituam um setor responsável pela Educação Especial que viabilize materiais e recursos financeiros necessários para a educação inclusiva.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) foi instituída com o objetivo de assegurar o exercício dos direitos e das liberdades das pessoas com deficiência. Esta lei incube ao poder público criar e implementar o projeto pedagógico de atendimento educacional especializado para atender aos atributos dos estudantes com deficiência e acautelar o pleno acesso destes ao currículo escolar. Dentre outras determinações, é relevante citar que este estatuto constitui como crime punível, a recusa e cobrança adicional de pessoas em instituição de ensino, público ou privado, pelo motivo de sua deficiência. No mesmo documento também é designado o auxílio-inclusão para pessoas com deficiência moderada ou grave.

Em relação à Educação Especial, pelo Decreto nº 9465 (Brasil, 2019), o Ministério da Educação alterou sua estrutura organizacional extinguindo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, criando a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação descentralizada em 3 diretorias que determinam a promoção do desenvolvimento das ações já descritas nos documentos aqui citados. O Brasil é signatário de um documento da Unesco (2015) que traz 17 objetivos que devem ser implementados até 2030, o 4º objetivo que consta no documento compete ao país de assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade.

Portanto, ao entrelaçar as diversas legislações brasileiras voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional até a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, emerge uma rede jurídica robusta que não apenas reconhece, mas busca promover efetivamente a educação inclusiva como um direito inalienável. Essas leis, alinhadas com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e as recentes reestruturações ministeriais, delineiam um compromisso claro do Estado brasileiro com a promoção de um ambiente educacional acessível e igualitário.

Neste cenário, a aplicação do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) destaca-se como uma proposta pedagógica inovadora e congruente com os preceitos legais,

visando proporcionar flexibilidade e adaptabilidade no processo educacional. O DUA não apenas atende à diversidade de habilidades dos alunos, mas também se alinha com a busca por práticas pedagógicas inclusivas, promovendo a participação plena e eficaz de todos os estudantes. Ao integrar o DUA como parte integrante das estratégias pedagógicas, cria-se um ambiente educacional que não apenas cumpre as exigências legais, mas também abraça a diversidade como um valor intrínseco, visando ao desenvolvimento pleno e igualitário de cada aluno. Para isso, o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas é primordial e será discutida no próximo tópico.

## **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Para alcançar os objetivos deste estudo, é fundamental compreender o conceito de práticas pedagógicas, que é abordado de maneira abrangente pelos diversos autores apresentados nesta seção. Mamas e Avramidis (2013), ao estudarem escolas inclusivas na Inglaterra e no Chipre, utilizam o termo “estratégia pedagógica” para descrever práticas escolares que promovem a interação social e a inclusão durante o ensino. Alves et al. (2017) fazem analogias entre os termos “prática educacional” e “prática pedagógica”, destacando a importância da educação inclusiva como um processo contínuo para todos os estudantes. Agbenyega e Klibthong (2020) enfatizam a educação inclusiva como uma qualidade pedagógica que busca eliminar barreiras para a participação escolar. Hansen (2011) e Majoko (2019) convergem na ideia de que a prática pedagógica inclusiva deve considerar individualmente as dificuldades e necessidades de cada aluno, sendo uma ferramenta crucial para melhorar os resultados de aprendizagem e promover a justiça social.

Bock, Gesser e Nuernberg (2018), em sua pesquisa bibliográfica, identificam que as alterações no ambiente e no currículo escolar muitas vezes são desencadeadas pela presença repentina de alunos com deficiência. Eles ressaltam a importância de transferir a responsabilidade dos alunos para a equipe pedagógica, que deve antecipar barreiras, proporcionando serviços de acessibilidade educacional para todos os alunos. Por fim, Nunes e Madureira (2015) contribuem ao pesquisar práticas pedagógicas inclusivas com a abordagem do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Elas destacam que na escola comum, todas as crianças devem ser educadas, considerando as diferenças individuais como elementos para a modificação da gestão do currículo escolar, promovendo um processo de ensino e aprendizagem inclusivo.

Essas práticas pedagógicas, ao valorizar e celebrar a diversidade como um componente crucial do processo educacional, convergem para a essência da educação inclusiva. Ao promover um ambiente que reconhece e respeita as diferenças individuais, essas práticas não apenas enriquecem a experiência de aprendizagem, mas também desempenham um papel fundamental no desenvolvimento global dos alunos. Nesse cenário, a abordagem



do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) destaca-se como uma estratégia essencial, transcendendo o mero reconhecimento da diversidade ao incorporar, de maneira proativa, uma variedade de métodos e recursos para atender às necessidades específicas de cada estudante.

Nesse cenário, as práticas pedagógicas inclusivas desempenham um papel essencial na concretização da visão proposta pelo Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Ao adotar uma abordagem que não apenas reconhece, mas proativamente promove a diversidade, as práticas pedagógicas inclusivas alinham-se aos princípios do DUA. Essas práticas não são apenas conformes às diretrizes legais e atendem às demandas emergentes da inclusão educacional, mas também refletem um genuíno compromisso com a equidade e a participação igualitária de todos os estudantes. Ao oferecer uma base flexível e adaptável, as práticas pedagógicas inclusivas vão além dos requisitos normativos, permitindo não apenas o acesso, mas também a participação integral, independentemente das habilidades ou características individuais dos alunos. Dessa forma, essas práticas não apenas contribuem para a evolução positiva em direção a uma abordagem mais inclusiva e holística da educação, mas também fortalecem a integridade do sistema educacional. Dado o seu amplo uso, optaremos por empregar o termo “práticas pedagógicas” como referência para discutir as abordagens inclusivas ao longo deste trabalho.

## MÉTODO

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa do tipo bibliográfica. Para a realização da pesquisa, Galvão (2010) descreve que é preciso selecionar palavras-chave, assim foram selecionadas as seguintes palavras-chave: deficiência, práticas pedagógicas, inclusão e DUA. A seleção destas palavras-chave ocorreu mediante uma análise dos objetivos do trabalho, visto que foram percebidas como a essência central desta pesquisa.

Em seguida foram selecionadas as bases de dados: Scielo, Scopus e Eric. A escolha das bases de dados Scielo, Scopus e Eric para conduzir a pesquisa foi fundamentada em diversas justificativas que visam assegurar uma abordagem abrangente e criteriosa na análise da literatura científica. Primeiramente, o Scielo é reconhecido por concentrar um amplo acervo de periódicos científicos, especialmente aqueles relacionados a publicações de cunho acadêmico e científico em âmbito latino-americano. Sua abrangência regional complementa a pesquisa ao fornecer uma perspectiva mais específica e contextualizada. Por sua vez, a Scopus é uma base de dados internacional renomada, conhecida por sua extensa cobertura multidisciplinar. Ao abranger uma vasta gama de periódicos, conferências e patentes, a Scopus proporciona uma visão global das pesquisas desenvolvidas em diversas áreas do conhecimento. Essa amplitude contribui para a identificação de tendências, lacunas e perspectivas internacionais relacionadas ao tema de estudo. A inclusão da base de dados Eric justifica-se pela sua especialização em Educação e áreas correlatas. Dado que a pesquisa aborda práticas pedagógicas e inclusão

educacional, o Eric emerge como uma fonte relevante e especializada, concentrando-se em publicações que exploram temas educacionais, políticas e práticas pedagógicas específicas.

Todas as bases de dados foram acessadas a partir do acesso remoto ao *proxy* da UEL via CAFe (Comunidade Acadêmica Federal), disponibilizado pelo site Periódicos da Capes em parceria com a biblioteca da Universidade Estadual de Londrina para ter acesso aos recursos proporcionados por esta parceria. Na base de busca Scopus foi preciso filtrar também pelas áreas do conhecimento para que fossem selecionados trabalhos que pudessem contribuir com o objetivo dessa pesquisa. As áreas selecionadas foram: *social sciences, psychology e arts and humanities*. Para a seleção das produções localizadas foram determinados 4 critérios de inclusão que seguem: abordar práticas pedagógicas com alunos com deficiência, publicações entre 2011 e 2022, ter acesso livre via CAFe e possuir: “prática pedagógica” e sua versão em inglês em documentos em inglês, no título ou no resumo.

Conforme os critérios de inclusão, ficaram estabelecidos como 4 critérios de exclusão: não abordar práticas pedagógicas com alunos com deficiência, publicação anterior a 2011, não ter acesso livre via CAFe e não possuir: “prática pedagógica” e sua versão em inglês, no título ou no resumo. A pesquisa foi limitada à busca eletrônica por meio da internet, por serem documentos de mais fácil acesso e não contemplou catálogos físicos em bibliotecas. A busca ocorreu apenas com documentos de formatação PDF, pois o mais comum é que artigos, teses e dissertações estejam nesse formato. Ao examinar os títulos e resumos, foi viável eliminar os artigos que, apesar de conterem as palavras-chave, focalizavam objetivos distintos e não abordavam práticas pedagógicas no contexto da aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências. Reunidos os artigos relevantes para este estudo, os resultados seguem no próximo tópico.

## RESULTADOS

Nenhum resultado foi encontrado nos buscadores de trabalhos científicos quando a combinação de palavras foram: “aluno com deficiência” AND “práticas pedagógicas” AND “inclusão” AND “DUA”. Ao empregar as palavras “deficiência” e “DUA” na pesquisa, não foram identificados resultados nas bases de dados Scielo e Eric. Na Scopus, embora tenham sido encontrados artigos na área educacional, estes não abordam as práticas pedagógicas específicas com alunos com deficiência, enquanto os resultados obtidos tratam predominantemente de uma perspectiva médica, não contemplando, assim, o escopo temático deste trabalho. Ao utilizar a seguinte estratégia de busca: “práticas pedagógicas” AND “inclusão” e suas versões em inglês, foram localizados vários trabalhos, conforme observado na Tabela 1:



**TABELA 1** – Total de trabalhos localizados de acordo com as estratégias de busca nas diferentes bases de dados.

Base de dados	(práticas pedagógicas) AND (inclusão)	(pedagogical practice) AND (inclusion)	Aplicação de filtro de título e resumo para exclusão, permaneceram:
Scielo	35	52	2
Scopus	4	138	14
Eric	0	27	0

Fonte: Arquivo próprio.

Foram escolhidos 16 artigos a partir desse conjunto, após a análise dos títulos e resumos, levando em conta os critérios de inclusão, uma vez que esses artigos tratavam de práticas pedagógicas aplicadas a alunos com deficiência. Destes, um total de quatro artigos foram publicados no âmbito nacional e estão organizados no quadro 1 a seguir:

**QUADRO 1** – Autor, ano de publicação, título do artigo, local de publicação, DOI ou link de acesso da produção nacional.

Autor e Ano:	Título do Artigo	Local de publicação	DOI ou Link de Acesso
Anjos <i>et. al.</i> (2013)	Práticas pedagógicas e inclusão: a sobrevivência da integração nos processos inclusivos.	Campinas	<a href="https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200010">https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200010</a>
Alves <i>et. al.</i> (2017)	Physical education classes and inclusion of children with disability: brazilian teachers' perspectives.	Porto Alegre	<a href="http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.66851">http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.66851</a>
Santiago, Santos e Melo (2017)	Inclusão em educação: processos de avaliação em questão.	Rio de Janeiro	<a href="http://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500652">http://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500652</a>
Torres e Mendes (2019)	Atitudes sociais e formação inicial de professores para a educação especial.	Bauru	<a href="http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382519000400014">http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382519000400014</a>

Fonte: Arquivo próprio.

Com a leitura desses artigos foi possível compreender a abordagem das pesquisas na temática deste trabalho. Os autores Anjos *et al.* (2013) analisaram o processo inclusivo, retomando os conceitos de prática pedagógica e inclusão, a estratégia observada foi que o mesmo conteúdo lecionado para alunos regulares, era exposto para alunos com deficiência

de forma diversificada, com outros materiais e com o tempo diferente. Outra análise foi feita pelos pesquisadores Alves et al. (2017) sobre o conceito de inclusão dos professores de educação física, em suas práticas esses procuraram adaptar as atividades propostas para estudantes com deficiência.

Santiago, Santos e Melo (2017) buscaram refletir sobre os processos de avaliação e inclusão em educação, na prática era o mesmo conteúdo para alunos com e sem deficiência, sendo que aqueles frequentavam também a sala de recursos, com flexibilização para a avaliação adequada. Os pesquisadores Torres e Mendes (2019) verificaram o potencial na promoção de mudanças de atitudes sociais em estudantes de licenciatura que cursaram uma disciplina de educação especial, evidenciando a importância desse conteúdo na formação docente.

Em suma, os trabalhos analisados versam sobre a adaptação de atividades para os alunos com deficiência, porém não retratam práticas pedagógicas inclusivas com referência ao Desenho Universal de Aprendizagem (DUA). Este modelo, não trata apenas de adaptações físicas, do currículo ou das atividades, mas sim uma modificação das práticas devido às transformações da realidade educativa (Nelson, 2013). Ao invés de pensar em uma adaptação específica para o aluno com deficiência, o ideal é se pensar em formas diferenciadas de se ensinar o currículo para todos os estudantes (Alves et al., 2013).

O Quadro 2 apresenta a identificação dos 12 artigos internacionais resultantes da busca e da aplicação dos filtros utilizados.

**QUADRO 2** – Autor, ano de publicação, título do artigo, local de publicação, DOI ou link de acesso da produção internacional.

Autor e Ano	Título do Artigo	Local da Publicação	DOI ou Link de Acesso
Baglieri <i>et. al.</i> (2011).	Disability studies in education: the need for a plurality of perspectives on disability.	Londres	<a href="http://dx.doi.org/10.1177/0741932510362200">http://dx.doi.org/10.1177/0741932510362200</a>
Hansen (2012).	Limits to inclusion.	Londres	<a href="https://doi.org/10.1080/13603111003671632">https://doi.org/10.1080/13603111003671632</a>

Mamas e Avramidis (2013).	Promoting social interaction in the inclusive classroom: Lessons from inclusive schools in England and Cyprus.	San Diego	<a href="https://doi.org/10.1016/j.lcsi.2013.07.001">https://doi.org/10.1016/j.lcsi.2013.07.001</a>
Florian (2014).	What counts as evidence of inclusive education?	Londres	<a href="https://doi.org/10.1080/08856257.2014.933551">https://doi.org/10.1080/08856257.2014.933551</a>
Pagnez e Bissoli (2016).	As salas de apoio e acompanhamento à inclusão em São Paulo.	Lisboa	<a href="http://dx.doi.org/10.1111/1471-3802.12140">http://dx.doi.org/10.1111/1471-3802.12140</a>
Padilha e Oliveira (2016).	Conhecimento, trabalho docente e escola inclusiva.	Lisboa	<a href="https://doi.org/10.1111/1471-3802.12294">https://doi.org/10.1111/1471-3802.12294</a>
Overton, Wrench e Garrett (2017).	Pedagogies for inclusion of junior primary students with disabilities in PE.	Londres	<a href="https://doi.org/10.1080/17408989.2016.1176134">https://doi.org/10.1080/17408989.2016.1176134</a>
Sagner-Tapia (2018).	An analysis of alterity in teacher's inclusive pedagogical practices.	Londres	<a href="https://doi.org/10.1080/13603116.2017.1370735">https://doi.org/10.1080/13603116.2017.1370735</a>
Syrjämäki, Pihlaja e Sajaniemi (2018).	Enhancing peer interaction during guided play in Finnish integrated special groups.	Londres	<a href="https://doi.org/10.1080/1350293X.2018.1463908">https://doi.org/10.1080/1350293X.2018.1463908</a>
Majoko (2019).	Inclusion of Children With Disabilities in Physical Education in Zimbabwean Primary Schools.	Thousand Oaks	<a href="https://doi.org/10.1177/2158244018820387">https://doi.org/10.1177/2158244018820387</a>

Fontana, Cruz e Paula (2019).	Plano Educacional Individualizado: uma estratégia de inclusão e aprendizagem nas aulas de Educação Física.	Lisboa	<a href="https://doi.org/10.25757/invep.v9i2.188">https://doi.org/10.25757/invep.v9i2.188</a>
Agbenyega e Klibthong (2020).	Exploring Thai early childhood teachers' experiences of inclusive teaching practices: a qualitative study.	Berlim	<a href="http://dx.doi.org/10.1007/s13384-020-00380-1">http://dx.doi.org/10.1007/s13384-020-00380-1</a>

Fonte: Arquivo próprio.

A avaliação dos estudos conduzidos internacionalmente revelou uma quantidade significativa de publicações em países estrangeiros, com dez na Europa e dois na América do Norte. Esses resultados podem ter relação com o fato de que a Europa é pioneira no movimento da educação inclusiva, ocorridos na década de 70 na Itália e norteados pela Convenção de Salamanca de 1994 (Chiappetta, 2014). Indica-se também um crescente aumento no número de publicações ao longo dos anos, uma vez que dos dez trabalhos selecionados seis (60%) são publicações dos últimos cinco anos, sendo que esse aumento nas publicações é concomitante com o avanço nas discussões e nos movimentos em prol da educação inclusiva (Franco, 2020).

Prosseguindo com a análise qualitativa foi possível observar que Baglieri et al. (2011) buscaram proporcionar a compreensão da deficiência no âmbito social, cultural e histórico, e evidenciaram a necessidade de envolver novos pensamentos e perspectivas filosóficas, ir além do convencional, os autores propõem que sejam elaboradas ideias que não se ajustam facilmente às suposições atuais de inclusão, em busca de novas soluções e formas de ensino. Hansen (2012) também argumentou sobre o conceito de inclusão e discorreu sobre os limites da inclusão coletando opiniões de professores sobre este tema, em termos gerais os professores participantes afirmaram que os alunos com deficiência podem aprender melhor em uma sala ou instituição própria para eles.

Os autores Mamas e Avramidis (2013) apresentaram uma lista de estratégias e práticas escolares que promovem a inclusão de todas as crianças. Nesse estudo, a inclusão foi reconhecida quando havia interação entre os alunos com e sem deficiência, e as atividades criativas, jogos e esportes foram aquelas que mais houve interações entre as crianças. Florian (2014) buscou esclarecer o trabalho da educação inclusiva, a pesquisa elencou práticas de ensino que buscavam a inclusão como: criar um ambiente de aprendizado com oportunidades

para a participação de todos, qualidade de relacionamento entre professor e aluno, abordagem flexível para alterar o planejamento da aula e procurar por novas formas para o ensino de todas as crianças.

Os pesquisadores Pagnez e Bissoli (2016) estudaram o funcionamento das salas de recursos multifuncionais e constataram que os alunos sentam em grupos, são utilizados materiais adaptados, alguns feitos até pelos próprios professores. São utilizados também jogos pedagógicos, material dourado e brinquedos. Nesse estudo foi ressaltado o trabalho de professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), na complementação do ensino dos alunos com deficiência. Padilha e Oliveira (2016) identificaram e discutiram as necessidades de conhecimento teórico enunciadas por professores especialistas em Educação Especial. As principais dificuldades encontradas na prática pedagógica orientada para os alunos da Educação Especial são os aspectos referentes às peculiaridades desses alunos como: alfabetização de alunos com deficiência intelectual, a participação restrita da família na vida escolar do filho, ao currículo inadequado e ao envolvimento dos profissionais da escola com esses alunos. Os autores Overton, Wrench e Garrett (2017) exploraram práticas pedagógicas utilizadas por professores para a inclusão de crianças com deficiência da educação infantil nas aulas de educação física. As estratégias pedagógicas incluem o uso de equipamentos adaptados, uma comunicação efetiva com: verbalização direcionada individualmente aos alunos de forma positiva, linguagem corporal e os professores como participantes ativos nos jogos.

Sagner-Tapia (2018) examinou qual era a percepção dos professores regentes sobre suas práticas pedagógicas para crianças com deficiência. Segundo o estudo, os professores se inspiraram na praxeologia, explicada pelo autor como o estudo da prática, ou ainda, da práxis. Os professores participantes da pesquisa concluíram que só é vantajoso o ensino de um aluno com deficiência em uma sala de alunos regulares, se aquilo que será ensinado não conflita com a necessidade desse aluno. Os professores concordam que o ensino individualizado é o melhor para alguns tipos de necessidades do aluno, como possibilitar um ambiente com menos barulho e outras distrações, para a concentração do estudante.

Os pesquisadores Syrjämäki, Pihlaja e Sajaniemi (2018) examinaram como as práticas pedagógicas dos profissionais foram usadas para melhorar a interação entre alunos em brincadeiras. Foram realizadas brincadeiras de jogos sociais, “faz-de-conta” e com peças de Lego. Os autores chamam de estratégias pedagógicas: o encorajamento dos alunos nas brincadeiras, o estímulo dos professores para a verbalização dos alunos, fazendo perguntas sobre o progresso das brincadeiras e o controle de situações de conflito entre as crianças. Majoko (2019) explorou práticas pedagógicas utilizadas por professores para a inclusão de crianças com deficiência da Educação Infantil nas aulas de Educação Física. Como estratégia pedagógica de inclusão foram realizadas atividades de jogos e circuitos, e os professores

focaram mais nas potencialidades das crianças do que nas deficiências. O autor identificou que a inclusão é facilitada quando nas aulas são utilizados elementos de interesse dos alunos.

Fontana, Cruz e de Paula (2019) elaboraram e aplicaram um Plano Educacional Individualizado (PEI) nas aulas de Educação Física, como estratégia de inclusão e aprendizagem, em uma turma com alunos com deficiência. Foram realizados danças, jogos e brincadeiras junto com os alunos regulares. Os autores elencaram como estratégias de ensino aprendizagem: consciência e expressão corporal, fatores de movimentos e percepção rítmica. Agbenyega e Klibthong (2020) descreveram e analisaram a perspectiva dos professores de Educação Infantil, considerando suas experiências da educação inclusiva. Algumas das estratégias de ensino descritas pelos professores como comuns foram: ordenar às crianças que seguissem as instruções dos professores, separar as crianças em grupos de alunos com deficiência e ameaçar as crianças com punição para encorajá-las a se comportarem bem, ao entendimento desses professores.

De forma geral, todos os artigos selecionados trouxeram a perspectiva da educação inclusiva para analisar com a realidade da escola e a opinião de professores que atuam com alunos com deficiência. A pesquisa de Agbenyega e Klibthong (2020) se destacou por evidenciar que alguns professores não tinham uma compreensão bem definida do ensino inclusivo, uma vez que os relatos dos professores não demonstraram equidade e ambiente de aprendizagem saudável: estratégias segregacionistas e baseadas na punição, dados esses que convergem com os resultados de Hansen (2012). Este autor (Hansen, 2012) denuncia que os professores participantes da pesquisa relatam não quererem ter que aprender a ensinar um aluno com deficiência e não têm a intenção de promover a educação inclusiva, justificando a segregação como se fosse o melhor para alunos com deficiência. Isso vai na contramão do proposto pelo modelo de inclusão: que tem o objetivo de auxiliar os professores a compreenderem as necessidades dos alunos, estabelecer metas, ajustes no currículo e na metodologia para as aulas (Fontana; Cruz; Paula, 2019), assim como se contrapõe ao modelo do DUA: que não objetiva a adaptação curricular, mas que este já seja pensado para a eliminação de barreiras que possam impedir qualquer aluno de aprender (Bock; Gesser; Nuernberg, 2018).

O desenvolvimento de processos e práticas inclusivas busca proporcionar aos alunos com deficiência uma aprendizagem comum, em conjunto com os alunos sem deficiência, evitando a segregação. Nunes e Madureira (2015) elucidam que evitar a segregação a partir do DUA significa: a participação integral de todos os alunos no currículo comum e nas atividades em conjunto.

Com exceção de Hansen (2012) e Agbenyega e Klibthong (2020), todos os outros 14 trabalhos selecionados apresentam abordagens inclusivas na educação como o caminho a ser seguido para uma sociedade mais justa e que promova o aprendizado não só dos alunos com deficiência, mas de todos os envolvidos. O serviço de Atendimento Educacional



Especializado (AEE) apareceu como um aspecto importante em pelo menos quatro artigos: o de Pagnez e Bissoli (2016), Sagner-Tapia (2018), Majoko (2019) e Alves et. al. (2017). Pagnez e Bissoli (2016) ressaltaram o trabalho de professores do AEE na complementação do ensino aos alunos com deficiência, descrevendo a sala de recursos como um espaço favorecedor do aprendizado, disponibilizando materiais adaptados pelos próprios professores e tecnologias assistivas.

Majoko (2019) explicita o benefício da atuação do profissional de apoio a alunos que necessitam e a boa interação desses alunos com alunos regulares nas aulas de Educação Física. O autor ainda enfatiza a importância da colaboração dos professores com a família dos alunos, para a promoção do desenvolvimento deste. Alves et al. (2017) afirmam que as adaptações em aulas não são exclusivas para alunos com deficiência, elas devem ser feitas para a inclusão de todos os alunos da sala, por exemplo: os alunos tímidos e introvertidos. É importante a participação de um assistente com o professor e o trabalho do professor com a mesma turma ao longo do tempo, não havendo muita troca de professor, para este conhecer bem os alunos.

Mamas e Avramidis (2013) sugerem como proposta pedagógica, que os conteúdos que forem possíveis de serem adaptados para serem realizados fora da sala de aula, favorecem a participação e integração dos alunos com e sem deficiência. Para Fontana, Cruz e Paula (2019) chamam de estratégia de inclusão a utilização do Plano Educacional Individualizado (PEI), enfatizando que este documento auxilia no ensino de alunos com deficiências, pois estabelece princípios que guiam a equipe pedagógica, considerando sempre a flexibilidade no processo de planejamento. Tanto as considerações de Mamas e Avramidis (2013) e Fontana, Cruz e Paula (2019) descrevem propostas que enfatizam a elaboração de planos individualizados e adaptados para os alunos o que vai contra os princípios do DUA, sendo que o currículo escolar e as propostas pedagógicas precisam ser orientados sem distinção dos alunos com e sem deficiência (Alves et al., 2013).

Todos os autores salientaram desafios enfrentados pela perspectiva da educação inclusiva, Torres e Mendes (2019) afirmaram que uma variável que afeta significativamente as atitudes dos professores é a precariedade do ambiente escolar, no que diz respeito ao suporte para o trabalho na perspectiva inclusiva. Padilha e Oliveira (2016) criticaram a falta de formação específica de professores ao exporem a necessidade de uma formação consistente, que possibilite a esses profissionais atuarem com os alunos público-alvo da Educação Especial em diferentes espaços na escola regular.

Nunes e Madureira (2015) afirmam que o DUA é uma competência a ser desenvolvida pelos docentes, é preciso conceber uma formação que aborde: as características dos alunos com deficiência e considere os objetivos de aprendizagem, estratégias facilitadoras destes e as tecnologias educativas. As autoras elencam que para a transição de um currículo

inacessível para um acessível é necessário: o desenvolvimento de novos conhecimentos científicos sobre o processo de aprendizagem e a formação de docentes. As pesquisadoras alertam que é imprescindível que sejam implementados processos de formação inicial e continuada para professores, que preconizam o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, caracterizando uma escola e pedagogia centrada no aluno. O estudo de Nunes e Madureira (2015) ressalta a importância crucial do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como uma competência a ser desenvolvida pelos educadores. A discussão proposta pelas autoras enfatiza a necessidade de uma formação abrangente que aborde as características específicas dos alunos com deficiência, considere os objetivos de aprendizagem, estratégias facilitadoras e a integração das tecnologias educativas. A concepção de uma formação que compreenda as complexidades da diversidade dos alunos representa um passo fundamental na transição de um currículo inacessível para um acessível. O desenvolvimento de novos conhecimentos científicos sobre o processo de aprendizagem destaca a importância de uma abordagem fundamentada em evidências, proporcionando aos educadores as ferramentas necessárias para atender às diversas necessidades de seus alunos.

Ao alertarem para a necessidade de processos de formação inicial e continuada, as pesquisadoras reconhecem a evolução constante das práticas educacionais e a importância de manter os profissionais atualizados. A implementação desses processos não apenas capacita os professores a lidar com desafios emergentes, mas também fortalece a promoção de uma educação inclusiva. Esse enfoque na formação continuada destaca a dinamicidade da educação e a necessidade de adaptação constante. A proposta de uma escola e pedagogia centrada no aluno, conforme apresentada por Nunes e Madureira, alinha-se com os princípios fundamentais da educação inclusiva. Colocar o aluno no centro do processo educacional não apenas reconhece a singularidade de cada estudante, mas também contribui para a criação de um ambiente que valoriza a diversidade e promove a equidade.

A discussão apresentada por Nunes e Madureira ressalta que a efetiva implementação do DUA demanda uma mudança profunda na formação de professores. Essa mudança não se restringe apenas à aquisição de habilidades técnicas, mas engloba uma compreensão mais ampla das necessidades dos alunos, o desenvolvimento de estratégias flexíveis e a promoção de uma abordagem centrada no aluno. A integração desses elementos na formação docente é um passo crucial para avançar em direção a práticas educacionais mais inclusivas e eficazes.

A análise dos resultados destaca tanto avanços quanto desafios na implementação da educação inclusiva e na adoção do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). A proposta de Baglieri et al. (2011) e Hansen (2012) de revisitar as concepções de deficiência é crucial, pois reconhece a importância de uma abordagem mais abrangente e social para superar estigmas. Contudo, a resistência observada por Hansen (2012) entre alguns professores destaca a persistência de barreiras atitudinais que ainda precisam ser superadas.

No contexto das práticas pedagógicas inclusivas, as estratégias promovidas por Mamas e Avramidis (2013) e Florian (2014) evidenciam a necessidade de atividades envolventes para estimular a interação entre alunos com e sem deficiência. Entretanto, a pesquisa de Agbenyega e Klibthong (2020) revela que estratégias segregacionistas persistem, indicando a falta de compreensão clara de alguns professores sobre o ensino inclusivo. A discussão sobre o DUA, conforme apresentado por Nunes e Madureira (2015), ressalta a importância de evitar a segregação por meio da participação integral de todos os alunos. Contudo, a divergência apontada por Fontana, Cruz e Paula (2019) ao utilizar Planos Educacionais Individualizados (PEIs) sugere uma tensão entre abordagens individualizadas e a filosofia do DUA, que propõe um currículo orientado para todos.

A pesquisa de Torres e Mendes (2019) destaca a precariedade do ambiente escolar como um desafio significativo. Melhorias infraestruturais são essenciais para criar um ambiente propício à inclusão, destacando a necessidade de investimentos e políticas mais abrangentes. A conclusão reforça que, apesar dos desafios, a importância da educação inclusiva é amplamente reconhecida nos estudos. No entanto, a coexistência de diferentes abordagens e a persistência de desafios indicam a necessidade de uma abordagem mais holística. A filosofia do DUA emerge como uma estratégia flexível, mas sua eficácia depende da compreensão e comprometimento de todos os atores educacionais. A colaboração entre educadores, gestores e formuladores de políticas é essencial para superar os desafios e promover uma educação com práticas verdadeiramente inclusivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a produção científica sobre práticas pedagógicas na Educação Básica, focalizando aquelas que promovem a aprendizagem de alunos com deficiência sob a perspectiva analítica do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). A busca bibliográfica dedicada ao tema resultou na seleção de 16 artigos, revelando que persistem abordagens segregacionistas por parte de alguns professores e as análises dos resultados permitem inferir.

Dentre as práticas e estratégias pedagógicas abordadas nos artigos, destacam-se elementos como o reconhecimento da importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o envolvimento da família, a utilização de Planos Educacionais Individualizados (PEIs) e a adoção de estratégias verbais e estímulos positivos pelos professores durante as atividades, visando manter a atenção dos alunos com deficiência. A análise detalhada desses artigos também revela desafios significativos, tais como a precarização de ambientes escolares devido à falta de recursos e a ausência de formação específica dos professores para práticas inclusivas e adaptação curricular. Para além do direito legal, a inserção do aluno com deficiência em um grupo social, possibilita a comunicação e compreensão do que se

passa em volta dos sujeitos envolvidos, o que pode ser considerado como benefício para a sociedade. Este trabalho não buscou elaborar uma orientação sobre quais práticas pedagógicas professores de Educação Básica devem utilizar com os alunos com deficiência, mas expor práticas pedagógicas publicadas em literatura disponível que podem favorecer o aprendizado de alunos com deficiência.

Esta pesquisa se torna uma contribuição valiosa para a educação inclusiva ao não apenas analisar de forma crítica as práticas pedagógicas na Educação Básica, sob a ótica do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), mas também ao destacar os desafios existentes e ressaltar a urgência de investimentos em formação continuada para os professores. Essa abordagem visa fomentar um ambiente escolar mais inclusivo, capaz de proporcionar uma aprendizagem eficaz e equitativa para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou características individuais. Ao examinar criticamente o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), destaca-se a imperatividade de ajustar o currículo. Além disso, a pesquisa ressalta que ainda estamos distantes de implementar uma formação continuada eficaz para os professores no ambiente escolar, a qual deveria favorecer um ensino que englobe plenamente a participação e aprendizagem de todos os alunos.

## REFERÊNCIAS

- AGBENYEGA, Joseph. S.; KLIBTHONG, Sunanta. Exploring Thai early childhood teachers' experiences of inclusive teaching practices: a qualitative study. **The Australian Educational Researcher**, [S.L.], v. 48, n. 1, p. 125-143, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s13384-020-00380-1>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13384-020-00380-1>. Acesso em: 30 mai. 2022.
- ALVES, Maria Luiza Tanure, et al. Physical Education classes and inclusion of children with disability: brazilian teachers's perspectives. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 4, p. 1229-1244, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.66851>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115354182007.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- ALVES, Maria Manuela.; RIBEIRO, Jaime.; SIMÕES, Fátima. Universal Design for Learning (UDL): Contributos para uma escola de todos. **Indagatio Didactica**, [S.L.], v. 5, n. 4, p. 122-146, 2013. DOI: <https://doi.org/10.34624/id.v5i4.4290>. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/id/article/view/4290>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- ANJOS, Hildete. Pereira dos.; MELO, Luciana Barbosa de Melo.; SILVA, Kátia Regina da.; RABELO, Lucélia C. Cavalcante.; ARAÚJO, Marcelo Alameida. (2013). Práticas pedagógicas e inclusão: a sobrevivência da integração nos processos inclusivos. **Educação & Sociedade**, v.34, n.123, p.495-507. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/VPP6x6dMJSnLZHcXHPHLMwn/?lang=pt#>. Acesso em: 01 jul. 2023.

BAGLIERI, Susan.; VALLE, Jan W.; CONNOR, Deborah J.; GALLAGHER, Deborah J. Disability Studies in Education: The Need for a Plurality of Perspectives on Disability. **Remedial and Special Education**, v.32, n.4, p.267-278. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/0741932510362200>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0741932510362200#core-collateral-self-citation>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BOCK, Geisa Letícia Kempfer; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. Desenho Universal para a Aprendizagem: a produção científica no período de 2011 a 2016. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, p. 143-160, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/afntsFQKh3yqVMvJCpyWfQd4y/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 13.146. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

BRASIL. **Censo da educação básica 2020**: resumo técnico [recurso eletrônico]. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf). Acesso em: 16 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9465, de 02 de janeiro de 2019. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Deficiência Múltipla**. Brasília, 2007.

BRASIL. Lei nº 9394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 6/2005. **Reexame do Parecer CNE/CEB 24/2004, que visa o estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração**. Diário Oficial da União. Brasília, 2005.

BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº. 18/2005. **Orientações para a matrícula das crianças de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental obrigatório, em atendimento à Lei nº. 11.114, de 16 de maio de 2005, que altera as Artes. 6º.,32 e 87 da Lei nº 9.394/1996**. Diário Oficial da União. Brasília, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, 2001.

CHIAPPETTA, Lucia. **Strumenti di intervento per alunni con Bisogni Educativi Speciali**. A.S Editors: Roma, 2014. 133 p.

DRAGO, Rogério. Inclusão e linguagem nos anos iniciais do ensino fundamental. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 1, n. 36, p. 361-378, maio 2012. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v18i36.3939>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3939>. Acesso em 19 jan. 2023.

FLORIAN, Lani. What counts as evidence of inclusive education?. **European Journal of Special Needs Education**, v.29, n.3, p.286-294. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/08856257.2014.933551>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/action/showCitFormats?doi=10.1080%2F08856257.2014.933551>. Acesso em: 19 abr. 2023.

FONTANA, Evelline Cristhine.; CRUZ, Gilmar de Carvalho.; PAULA, Luana Aparecida de. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia de inclusão e aprendizagem nas aulas de educação física. **Da Investigação Às Práticas: Estudos de Natureza Educacional**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 118-131, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.25757/INVEP.V9I2.188>. Disponível em: <https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/188>. Acesso em: 30 de abr. 2023.

FRANCO Renata Maria da Silva.; GOMES, Claudia. Educação inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/0103-8486.20200018>. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-84862020000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-84862020000200007). Acesso em: 19 mai. 2023.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Manole, p. 377, 2010. Disponível em: [http://www2.eerp.usp.br/nepien/disponibilizararquivos/levantamento\\_bibliografico\\_cristianegalv.pdf](http://www2.eerp.usp.br/nepien/disponibilizararquivos/levantamento_bibliografico_cristianegalv.pdf). Acesso em: 06 jun. 2021.

HANSEN, Janne Hedegaard. Limits to inclusion. **International Journal Of Inclusive Education**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 89-98, abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/13603111003671632>.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Marcas da história social no discurso de um sujeito: uma contribuição para a discussão a respeito da constituição social da pessoa com deficiência. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 1, n. 50, p. 41-54, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622000000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/PkqCdbdqtMjfbF5DHGW8Bnh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MAJOKO, Tawanda. Inclusion of Children With Disabilities in Physical Education in Zimbabwian **Primary Schools**. **Sage Open**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 1-16, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/21582440188203>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2158244018820387>. Acesso em: 01 fev. 2022.

MAMAS, Christoforos.; AVRAMIDIS, Elias. Promoting social interaction in the inclusive classroom: lessons from inclusive schools in england and cyprus. **Learning, Culture And Social Interaction**, [S.L.], v. 2, n. 4, p. 217-226, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.lcsi.2013.07.001>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2210656113000469>. Acesso em: 01 fev. 2022.

NELSON, Loui Lord. **Design and deliver: planning and teaching using universal design for learning**. Baltimore, Paul. H. Brookes Publishing Co. 2013. 151 p.

NUNES, Clarisse.; MADUREIRA, Isabel. Desenho Universal para a Aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Da Investigação Às Práticas, Lisboa**, v. 2, n. 5, p. 126-143, 2015. Disponível em: <https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/84/pdf>. Acesso em: 06 out. 2022.



OVERTON, Hannah.; WRENCH, Alison.; GARRETT, Robyne. Pedagogies for inclusion of junior primary students with disabilities in PE. **Physical Education and Sport Pedagogy**. v.22, n.4, p. 414-426, fev. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/17408989.2016.1176134>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17408989.2016.1176134>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PADILHA, Anna Maria Lunardi Padilha.; OLIVEIRA, Ivone. Martins. Conhecimento, trabalho docente e escola inclusiva. **Journal of Research in Special Educational Needs**. v.16, n.1, p.318-322. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12294>. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12294>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PAGNEZ, Karina Soledad Maldonado Molina Pagnez.; BISSOLI, Lara Aparecida Rancan Bissoli. As salas de apoio e acompanhamento à inclusão em São Paulo. **Journal of Research in Special Educational Needs**. v.16, n.1, p.178-186. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12140>. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1471-3802.12140>. Acesso em: 19 abr. 2023.

ROSÁRIO, Hilda; SILVA, Simone. Strategies adopted by parents in the schooling experience of their young and adult children with disabilities. **Revista de Enfermagem Referência**, [S.L.], v. , n. 11, p. 51-59, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.12707/RIV16065>. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/311850143\\_Strategies\\_adopted\\_by\\_parents\\_in\\_the\\_schooling\\_experience\\_of\\_their\\_young\\_and\\_adult\\_children\\_with\\_disabilities](https://www.researchgate.net/publication/311850143_Strategies_adopted_by_parents_in_the_schooling_experience_of_their_young_and_adult_children_with_disabilities). Acesso em: 24 abr. 2022.

SAGNER-TAPIA, Johanna. An analysis of alterity in teachers' inclusive pedagogical practices. **International Journal of Inclusive Education**, v.22, n.4, p. 375-390. DOI: <https://doi.org/10.1080/13603116.2017.1370735>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13603116.2017.1370735?journalCode=tied20>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SANTIAGO, Mylene Cristina.; SANTOS, Mônica Pereira dos.; MELO, Sandra Cordeiro de. Inclusão em educação: processos de avaliação em questão1. **Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação**, v.25, n.96, p.632-651. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500652>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/3bwwy6JgWW4Cpb7NvCppvRS/?lang=pt#>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SYRJÄMÄKI, Marja.; PIHLAJA Päivi.; SAJANIEMI, Nina. Enhancing peer interaction during guided play in Finnish integrated special groups. **European Early Childhood Education Research Journal**. v.26, n.3, p. 418-431, mai. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/1350293X.2018.1463908>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1350293X.2018.1463908>. Acesso em: 30 abr. 2023.

TORRES, Josiane Pereira.; MENDES, Eunicéia Gonçalves. Atitudes Sociais e Formação Inicial de Professores para a Educação Especial. **Revista Brasileira De Educação Especial**, v.25, n.4, p.765-780. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000400014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/c43f46jfGfHc4TDwszkdD6p/?lang=pt#>. Acesso em: 30 abr. 2023.

UNESCO. **Declaração**. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Incheon, 2015.